



ATA - Reunião da CT de Licenciamento

Data: 14/06/2019 das 9h30 às 16h00

Local: FECAM – Estreito/Florianópolis

I - PARTICIPANTES:

ANAMMA	Janaina Mendes
ABES	Fernanda Maria F. Vanhoni
CASAN	Patrice Juliana Barzan;
CIMVI	Rafael Paludo
CREA/SC	Tiago Borga
CRQ-XIII	Jonas Comin Nunes (Presidente); Odilon G. Amado Júnior
EPAGRI	Célio Haverroth;
FACISC	Schirlene Chegatti (relatora); Leticia P. Woyakewicz
FLORAM	Cláudio S. da Silveira
IMA	Ivana Becker;
OAB	Nelson Tonon Neto; Mateus Stallivieri da Costa

Convidados:

Luiz Henrique (Fiesc)

Ana Paula Klein IMA

Josimar (SAMA)

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;

2. Discussão referente a demanda oriunda da Câmara Técnica de Educação Ambiental - CTEA/CONSEMA quanto aos programas de educação ambiental que devem ser apresentados nos processos de licenciamento ambiental;

Discussão: A discussão será adiada devido a solicitação da Câmara de Educação Ambiental – CTEA realizada através do Humberto Geraldo Reolon (Gerente de Planejamento e Educação Ambiental da SDS) em face a minuta estar em elaboração.

Encaminhamento: Aguardar novo encaminhamento da CTEA à CTL.

3. Discutir e revisar conceito de Atividade Secundária constante na Resolução CONSEMA nº 98/2017, conforme demanda oriunda da ANAMMA;

Discussão: Os membros da CTL debateram alguns exemplos e aspectos ligados ao tema Atividade Secundária.

Exemplos:

- ✓ CNPJ iguais - licença única (atividade principal e secundária).
- ✓ CNPJ diferentes e com comprovação de propriedade ou posse comprovada (matrícula, endereço, localização física, etc.) – licenças pode ser diferente, porém pode haver vínculo entre as condicionantes das licenças.
- ✓ Para uma atividade licenciável os controles ambientais não são considerados atividades secundárias.
- ✓ Dificuldade a ser analisada: atividades com CNPJs distintos que não são complementares ou de suporte, são totalmente independentes, porém estão na mesma área (endereço /espaço físico) poderiam ser duas licenças, mas a análise ambiental e controles devem considerar todo o conjunto. Essa situação não seria aplicável à condomínios. Nestes casos, o órgão licenciador deve ser um só, sendo licenciável pelo estudo de maior complexidade e respectivo órgão competente. Também considerar o estudo existente x área de influência e entornos.

Conforme Consema 98/17:

VIII - Atividade Principal: é a atividade fim que compreende as atividades essenciais e normais



50	para as quais o empreendimento se constituiu.
51	IX - Atividade Secundária: é a atividade auxiliar de produção de bens ou serviços exercidos no
52	mesmo empreendimento da atividade principal.
53	
54	Proposta:
55	Nova redação:
56	IX - Atividade Secundária: é a atividade complementar inerente ou de suporte a produção de
57	bens ou serviços que pode ocorrer nas fases de implantação, operação, manutenção e
58	ampliação do empreendimento, exceto os controles ambientais.
59	
60	Novo artigo:
61	Artigo 11-A No caso de atividades desenvolvidas em área compartilhada, independente da
62	titularidade dos empreendimentos, porém sem dependência direta entre as atividades, os
63	processos de licenciamento serão distintos, porém os estudos ambientais devem considerar
64	todas as atividades existentes na área compartilhada.
65	
66	Discussão:
67	Caso a atividade principal do empreendimento não seja licenciável mas exista em sua
68	estrutura outras atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, deverá ser aplicado o
69	licenciamento de forma individualizada e de acordo com os portes constantes nas Resoluções
70	CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017. O porte a ser considerado será aquele da atividade
71	licenciável. É possível licenciar um outro empreendimento na mesma área sendo que o
72	estudo ambiental deve considerar os impactos ambientais provenientes do processo de
73	licenciamento da atividade principal e disponibilizados em estudo ambiental aprovado por
74	órgão ambiental competente.
75	
76	<u>Encaminhamento:</u> Demais membros da CTL irão verificar outras propostas de texto para
77	definição das situações elencadas acima. Continua na próxima reunião.
78	
79	4. Discussão e elaboração de minuta de resposta ao ofício nº 42/2018 do Consórcio
80	Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA, referente a nova demanda sobre o
81	licenciamento ambiental da atividade de extração de cascalho (cascalheiras);
82	Discussão: Análise será feita embasado na decisão judicial.
83	Avaliada a aplicação da Lei Estadual n. 14675:
84	Art. 29. São passíveis de licenciamento ambiental pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente as
85	atividades consideradas, por meio de Resolução do CONSEMA, potencialmente causadoras
86	de degradação ambiental.
87	§ 1º As atividades de lavra a céu aberto por escavação, usinas de britagem e atividades afins,
88	destinadas, exclusivamente, à construção, manutenção e melhorias de estradas municipais,
89	estaduais ou acessos internos aos imóveis rurais, sem propósito de comercialização, ficam
90	dispensadas de licenciamento ambiental, desde que inseridas na área rural. (Redação do §
91	1º, incluída pela Lei 17.083, de 2017).
92	§ 2º As atividades de lavra a céu aberto por escavação, usinas de britagem e atividades afins
93	inseridas na área urbana, de expansão urbana ou com a finalidade de comercialização, serão
94	licenciadas através de processo simplificado, mediante Autorização Ambiental
95	(AuA). (Redação do § 2º, incluída pela Lei 17.083, de 2017).
96	
97	Deliberado elaborar proposta para revisão do código visando o enquadramento considerando
98	a aplicação:
99	00.12.02 – Lavra a céu aberto por escavação , se mineral típico de emprego na construção
100	civil, independente de seu uso.
101	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: G Geral: G
102	Porte Pequeno: $1.200 \leq PA \leq 24.000$ (RAP)



- 103 Porte Médio: 24.000 < PA < 120.000 (EAS)
104 Porte Grande: PA ≥ 120.000 (EIA)
105 O porte inferior ao caracterizado como porte "P", será licenciado por meio da expedição de
106 Autorização Ambiental —AuA e deverá apresentar o Projeto de Recuperação de Área
107 Degradada -PRAD. (Redação dada pela Resolução CONSEMA nº 123, de 2018)
108
109 Encaminhamento: Solicitar à FECAM e a OAB minuta de adequação da atividade de lavra por
110 escavação. Será dada continuidade na próxima reunião.
111
112 **5. Discussão e revisão de diversos códigos das Resoluções CONSEMA nº 98 e 99/2017,**
113 **conforme demanda oriunda da ANAMMA e CIMVI;**
114 Discussão: discussão adiada para próxima reunião.
115 Encaminhamento: continua na próxima reunião.
116
117 **6. Discussão e elaboração de minuta de resposta ao e-mail recebido da Fundação do**
118 **Meio Ambiente de Itajaí - FAMAI, referente a alteração na Resolução CONSEMA nº**
119 **128/2019 que dispõe sobre as atividades consideradas como de baixo impacto**
120 **ambiental**
121 Discussão: discussão adiada para próxima reunião.
122 Encaminhamento: continua na próxima reunião.
123
124 **7. Assuntos Gerais**
125
126 **a) Questionamento Plenária Consema:** conforme deliberado na 173ª RO do Plenário
127 do CONSEMA, realizada no dia 07 de junho de 2019, foi aprovada a proposição de
128 encaminhamento do Ofício do IBAMA sobre os processos administrativos saneadores
129 da Operação Campereada e solicitação de manifestação quanto aos procedimentos de
130 competência do IMA, para a CTL. A deliberação do Plenário foi no sentido de solicitar à CTL e
131 CTAFO uma análise acerca da inclusão da atividade na Resolução 98/99. Pois se não
132 houver manifestação do órgão estadual no que diz respeito a autorização ou não da atividade
133 naquele local, o órgão ambiental federal irá avocar para si as decisões. Pergunto quando esse
134 ofício será pautado pois a matéria demanda muita urgência na sua apreciação. Ressalto que
135 já encaminhei e-mail também à CTAFO. Encaminho em anexos a matéria em questão.
136 Discussão: Não se aplica licenciamento para a atividade Agrosilvipastoril, conforme
137 justificativa dada na época da aprovação da Resolução Consema 98 em função da alteração
138 do Novo Código Florestal e Código Ambiental Estadual de SC os plantios não estão sujeitos à
139 autorização prévia pelo órgão ambiental. Pela alteração do Novo Código Florestal e Código
140 Ambiental Estadual de SC os plantios não estão sujeitos à autorização prévia pelo órgão
141 ambiental. Portanto não cabendo a inclusão no ANEXO VI - Listagem das atividades sujeitas
142 ao licenciamento ambiental e respectivos estudos ambientais da Resolução Consema n.
143 98/2017 e suas alterações.
144 Pelo código ambiental de SC não é campo de altitude. Em campos de altitude ou em qualquer
145 outro bioma da mata atlântica é necessária a autorização de Supressão de Vegetação, nos
146 moldes da lei federal 11.428/2006.
147 Encaminhamento: Encaminhar ofício de resposta à secretaria executiva conforme
148 considerações acima.
149
150 **b) Alteração de enquadramento de atividade do no ANEXO VI - Listagem das atividades**
151 **sujeitas ao licenciamento ambiental e respectivos estudos ambientais da Resolução**
152 **Consema n. 98/2017 e suas alterações em função de dúvidas na interpretação no**
153 **parâmetro técnico:**
154 26.50.40 Abate de animais de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muares) em
155 abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem



156 animal.
157 Pot. Poluidor/Degradador Ar: M Água: G Solo: M Geral: G
158 Porte Pequeno: $3 \leq C_{medA} \leq 15$ (RAP)
159 Porte Médio: $15 < C_{medA} < 150$ (EAS)
160 Porte Grande: $C_{medA} \geq 150$ (EAS)
161 O porte inferior ao caracterizado como porte "P", será licenciado por meio da expedição de
162 Autorização Ambiental –AuA. Para enquadramento em AuA o abate máximo semanal não
163 pode ultrapassar 20 animais.
164 Da legenda: C_{medA} = capacidade média de abate/dia
165 Do artigo 2º XV - Capacidade Média de Abate (C_{medA}): é a quantidade média de animais
166 abatidos por dia.
167 Discussão: Avaliada a aplicação do parâmetro técnico e aprovada nova redação:
168 Nova redação
169 26.50.40 Abate de animais de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muares) em
170 abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem
171 animal.
172 Pot. Poluidor/Degradador Ar: M Água: G Solo: M Geral: G
173 Porte Pequeno: $60 \leq C_{máxA} \leq 300$ (RAP)
174 Porte Médio: $300 < C_{máxA} < 3000$ (EAS)
175 Porte Grande: $C_{máxA} \geq 3000$ (EAS)
176 O porte inferior ao caracterizado como porte "P", será licenciado por meio da expedição de
177 Autorização Ambiental –AuA.
178 $C_{máxA}$ = capacidade de abate mensal
179 XV - Capacidade de Abate Mensal: é a quantidade de animais abatidos por mês
180 Encaminhamento: Relatoria irá verificar a aplicação dos demais códigos. Será dado
181 continuidade na próxima reunião.
182
183 **a) Próximas reuniões:** 12 de julho, na FECAM.
184 **II - ENCERRAMENTO:**
185 Finalizada a reunião e não tendo havido mais manifestações e tendo sido cumprida a pauta
186 convocada, as discussões foram encerradas e o presidente, agradecendo a presença de
187 todos deu por encerrada a reunião. A correspondente ata foi por mim relatada, Schirlene
188 Chegatti.